

100 ANOS DE FOZ DO IGUAÇU: A IMPORTÂNCIA DA CIDADE PARA O MERCOSUL

Élcio Aparecido Carvalho*

Resumo

Este trabalho busca evidenciar a importância da cidade de Foz do Iguaçu no processo de integração do MERCOSUL. Parte do princípio de que para se entender qualquer processo de integração é necessário que se atenha aos ditames do Regionalismo, logo, infere-se que a cidade de Foz do Iguaçu fez e faz parte do regionalismo buscado para a América do Sul, através do MERCOSUL. A Cidade de Foz do Iguaçu, localizada no oeste do estado paranaense brasileiro é emblemática quando se refere à integração Regional sob as concepções e interesses do MERCOSUL. Foi em Foz do Iguaçu onde se assinou, em 1985, a Declaração de Iguaçu, documento que foi o embrião do Mercado Comum do Sul. A cidade está localizada na Tríplice Fronteira-Argentina, Brasil e Paraguai, logo, a importância deste espaço territorial para o bloco regional, deve ser evidenciada.

Palavras-Chave: MERCOSUL; Tríplice Fronteira; Foz do Iguaçu.

Resumen

En este trabajo se pretende dar a conocer, la importancia de la ciudad de Foz do Iguaçu en el proceso de la integración del MERCOSUR. Se parte del principio que para entender cualquier proceso de integración, es necesario tener en cuenta los dictámenes del Regionalismo, luego se infiere que la ciudad de Foz de Iguaçu forma parte del regionalismo buscado para América del Sur, a través del MERCOSUR. La ciudad de Foz do Iguaçu, está situada en el Oeste del Estado brasileiro perteneciente a Paraná, es un icono cuando se trata de la integración regional en las opiniones e intereses de MERCOSUR. Fue en Foz do Iguaçu, que se firmó en 1985, la Declaración de Iguaçu, un documento que fue el embrión del Mercado Común del Sur. La ciudad está situada en la triple frontera de Argentina, Brasil y Paraguay, de ahí la importancia de este espacio territorial para el bloque regional, que se debe destacar.

Palabras clave: MERCOSUR; Triple Frontera, Foz do Iguaçu.

* Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ICAL/UNILA). Bacharel em Relações Internacionais e Integração (UNILA). Bacharel em Direito pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ). Advogado. Bolsista Do Programa De Bolsas Demanda Social Unila.. E-mail: elcio.carvalho@unila.edu.br

INTRODUÇÃO

Foz do Iguaçu completou cem anos em 2014, e muitas transformações em seu território se deram desde sua concepção histórica. A cidade hoje se modernizou e abriga a maior usina hidroelétrica do mundo, qual é responsável por boa parte da energia elétrica utilizada pelo Brasil e Paraguai. Também, houve um crescimento significativo do comércio da região, isto porque os turistas que visitam as Cataratas do Iguaçu, agora considerada uma das 7 maravilhas naturais do mundo, não deixam de fazer compras no lado paraguaio da fronteira. Na verdade é mais um atrativo turístico que hoje vigora na região.

Dadas as condições de localização fronteiriça de Foz do Iguaçu, a cidade tem sido uma espécie de laboratório para o processo de integração regional que o Mercado Comum do Sul- MERCOSUL tem pretendido levar adiante. As relações da cidade com o bloco regional são antigas e, na verdade, pioneira foi a cidade na conformação do bloco, ainda no anos 80.

Em 1985, os presidentes argentino e brasileiro - Raúl Alfonsín e José Sarney, elegeram Foz do Iguaçu para realizarem Cúpula Presidencial, onde assinaram a Carta de Iguaçu que previa uma cooperação recíproca entre ambos os países. Desse modo afastando, de uma vez por todos, as históricas desconfianças entre ambos.

Trata que a Declaração de Iguaçu foi a o embrião daquilo que em 1991 se celebrou como Mercado Comum do Sul. Ora, através dos acordos argentinos e brasileiros já em andamento, à época, evidenciou maior facilidade para promover a ampliação dos interesses regionais do Cone Sul, a través das experiências já adquiridas. Assim facilitou a entrada de Paraguai e Uruguai na conformação do bloco.

Todavia, quando se estuda o MERCOSUL pouco se tem percebido referências específicas a estes antecedentes, isto é; à Carta de Iguaçu e importância da cidade de Foz do Iguaçu, no passado e no presente, para a integração mercosulina.

Neste sentido este artigo busca trazer algumas reflexões sobre tais pontos, bem como parte daquilo que é primordial para se entender qualquer movimento de integração entre Estados: o Regionalismo. Acredita-se evidente que Foz do Iguaçu fez e faz parte das manifestações do Regionalismo que se deram na América do Sul, bem como, também, sofreu as interferências de um regionalismo mundial, quando da Guerra Fria. Não é interesse esgotar todo estes temas neste artigo, apenas evidenciar, desde já, a necessidade de que ao se procurar compreender os processo de integração Sul-americano do MERCOSUL, se faz necessário refletir sobre as peculiaridades da Tríplice Fronteira, em especial, para a política integracionista brasileira, a cidade de Foz do Iguaçu.

REGIONALISMO NA AMÉRICA DO SUL

Conceito de Regionalismo

Regionalismo pode ser entendido como um processo de concertação política, onde os Estados compartilham objetivos comuns estabelecendo, de forma voluntária, mecanismos e instrumentos jurídicos que buscam certo grau de governança coletiva, sem, necessariamente, impor ingerências sobre as respectivas soberanias. Resulta-se daí, fenômeno centrípeto envolvendo países na direção de uma maior integração mútua, seja no tocante da política, seja no que se refere às necessidades econômicas. Infere-se ainda, neste processo, as estruturas de Política Internacional, aquelas com

capacidades de promover ou direcionar os Estados, para as melhores soluções conjuntas dentro de um determinado contexto regional, em face aos dilemas globais (HURREL, 1995, p. 23 a 59).

De tal sorte que; do ponto de vista de seus ideais e, geralmente, para com os propósitos de protegerem-se de alguma ameaça externa, resulta a necessidade de se expandir, além-fronteiras, as políticas de cada Nação, em prol daquilo que é, ou deverá ser, bem comum para todos os envolvidos. Observar-se-á que o fenômeno do Regionalismo pode, também, ter seu embrião justamente quando caracterizado a interdependência entre Estados que geograficamente próximos, têm a necessidade ou manifestam voluntariamente a possibilidade de coordenação relativa de suas políticas externas em conjunto com seus parceiros estratégicos.

Uma vez maculado sob tal prisma, o Regionalismo passa a ter sua concepção desde uma mirada das necessidades e convergências comum dos Estados. Logo, se trata do ponto de vista político, de aspirações de segurança nacional e eliminação de conflitos entre si. Desse modo a finalidade é, ou poderá ser a institucionalização da confiança mútua.

Já a partir de uma interação econômica¹², percebe-se a conformação ampla dos mercados ou o nascimento de um mercado consumidor maior e comum a todos com seus devidos ganhos em conjunto. Dadas as devidas condições favoráveis das implementações de políticas coordenadas pelas Nações envolvidas neste processo, no sentido de uma gestão

¹² Fases da Integração Econômica: Zona de Livre Comércio; União Aduaneira; Mercado Comum; União Econômica; Integração Econômica Total. Ver: TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional: Público, Privado E Dos Direitos Humanos**. 3 Ed. – São Paulo: Saraiva, 2009. – (COLEÇÃO Roteiros Jurídicos/ Coordenação José Fábio Rodrigues Maciel). Pág. 51.

macroeconômica comum, poderá resultar em certo grau de (inter) dependência das estruturas econômicas produtivas, bem como uma redefinição do espaço econômico geral de acesso para todas as partes envolvidas. Não obstante as assimetrias econômicas e produtivas podem ter seus nascedouros neste mesmo procedimento integrado político e economicamente.

Na mesma direção, Fawcett conceitua Regionalismo como sendo “o conjunto de políticas que coordenam estratégias e promovem a cooperação entre atores Estatais e/ou não Estatais numa dada região (Fawcett 2004 *apud* Ramos, 2009, p 6). Desse modo é evidenciado a necessidade de uma sinergia nos esforços mútuos para que a cooperação entre as partes interessadas possa ser percebida como frutífera para todos os atores envolvidos.

Do contrário, o fracasso das iniciativas políticas estará comprometido, ou seja, ha necessidade de que seja elaborada uma estratégia viável e possível de cumprir-se tal agenda que resulta daí, por parte de todos os Estados envolvidos, bem como daqueles outros atores não estatais, mas que gozam de capacidade econômico-estratégica para assim atuarem neste cenário internacional. É dizer que grandes empresas, por exemplo, usufruindo das possibilidades de ampliarem ou promoverem seus negócios, através das condições geradas pelo Regionalismo, adquirem protagonismo relevante neste processo de integração econômica.

Como bem explicita Ramos, com o surgimento do fenômeno do Regionalismo este passa ser cada vez mais presente nas agendas dos Estados no que se refere ao intuito e necessidade de uma inserção internacional desde meados do século XX. Neste sentido, a Organização Mundial do Comércio, registra mais de 360 acordos regionais de cooperação comercial, em

diversos graus de interação (Ramos 2009, p 3).

Regionalismo Fechado

Na América Latina, em especial para a parte Sul desta região, a busca pelos espaços comuns de inserção mundial, e, principalmente a cooperação regional, através dos resultados do Regionalismo, potencializou o processo de maior segurança política, econômica e jurídica. As tentativas de se alcançar este processo tem seu marco inicial nas articulações de Simón Bolívar. Todavia encontraram-se barreiras de interesses políticos e econômicos, que impediram ou impossibilitaram que os interesses aceitos como comuns para a Região, pudessem ser discutidos e tomadas as devidas providências no sentido de se resguardar as soberanias e credibilidades dos recém Estados descolonizados:

Os antecedentes do regionalismo de cooperação se inscrevem no movimento de concertação hispano-americano do século XIX. Após o primeiro intento, malogrado, da Conferência do Panamá, em 1826, sob a égide de Bolívar, o Peru tentou, igualmente sem êxito, articular a solidariedade regional. A sucessão de fracassos das Conferências celebradas em Lima – 1847, 1864, 1867 e 1877 – resultava da falta de liderança e poder do país anfitrião – Peru – e, especialmente, do boicote brasileiro e argentino. Era inviável qualquer iniciativa de concertação regional sem o protagonismo consensuado das duas principais potências sul-americanas.¹³

Como se observa, as tentativas de se conformar um “espaço político regional”, onde as demandas fossem ao menos parecidas, bem como as aspirações de ascensão dos Estados da América Latina, se dessem de maneira muito mais harmoniosa e

¹³ CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “VISÃO do Outro”. Brasília : Funag, 2010. Pag. 64.

de acordo com a chancela de ambos, era buscado e acreditado em grande medida. Mas, ao mesmo tempo, foram impedidas por rivalidades políticas de Argentina e Brasil¹⁴. Logo se observou que tais Estados mantiveram suas motivações internas e externas, a fim de postergarem, ou não convergirem para com tais planos mais amplos de suas políticas externas regionais.

Posteriormente, a partir da década de 1950, sob as influências da Cepal, estas diferenças de interesses político- regionais permitiram que estas Nações passassem a protagonizar algumas tentativas de construção de um mecanismos de integração regional, por exemplo: OPA¹⁵; ALALC¹⁶,

¹⁴ MELO; Luciano Morais. **Itaipu: conflito e cooperação na Bacia do Prata (1966-1979)**. Disponível Em:< [Http://www3.fsa.br/propex/Recric/Numero1/Recrictexto32009.Pdf](http://www3.fsa.br/propex/Recric/Numero1/Recrictexto32009.Pdf)>. Acesso Em 08/05;2015. Pág 3-5: Desde de 1816 Existiu vários conflitos entre os países que compartilhavam a Bacia do Prata. Exemplos são: Guerra da Cisplatina - 1825-1828; Guerra Contra Oribe e Rosas - 1851 a 1852; Guerra Contra Aguirre- 1864 e 1865; Guerra da Tríplice Aliança - 1864 a 1870.

¹⁵ SILVA, Alexandra de Mello E. **A política externa de JK**: a operação pan-americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. pág. 14-20: lançada oficialmente em 20 de junho de 1958, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, tratava de uma iniciativa da política externa brasileira, cujas pretensões eram: buscar condições de atuação do Brasil no cenário internacional de forma autônoma e atuante; combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina; iniciativa de caráter e objetivos multilaterais.

¹⁶ MARIANO, Karina Pasquariello; VIGEVANI, Tullo. **Reflexões Sobre A Integração Latino-Americana**. São Paulo: Fapesp/Fundap;Puc-Sp/Cedec, Março,2000, P. 34- 78. Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Consistia em buscar uma tentativa de integração comercial da América Latina nos anos de 1960, através da criação de uma área de livre comércio. Eram membros fundadores: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970, São incorporados novos Membros: Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

bem como de um projeto estritamente Sul-americano Pacto ABC¹⁷; Ora, a grande divergência política e econômica que impedia uma cooperação entre estas duas Nações, tinha suas raízes nas desconfianças mútuas.

Desde já se iniciava uma tradição da busca pela liderança regional: de um lado os argentinos crenes que seriam os mais capacitados para exercerem tal protagonismo político-econômico na América do Sul e; não menos interessado, encontravam-se os brasileiros com grandes discursos de líderes mais ativos para promoverem o desenvolvimento regional.

Compreende-se, então, que a integração sul-americana, tem suas raízes e seu “calcanhar de Aquiles”, justamente nas relações entre Brasil e Argentina. E dentre tais circunstâncias, remonta-se as prontas manifestações de políticas de industrialização.

É dizer que brasileiros e argentinos trataram de incentivar suas indústrias locais, a fim de rivalizarem entre si. O constrangimento bilateral era o impeditivo do surgimento da integração que deveria porvir de um Regionalismo capaz de apaziguar e orientar os ânimos destes dois Estados.

Assim ensina Nilson Araujo de Souza¹⁸, que a integração regional deveria

Em 1980, se tornou ALADI. Já em 1999, Cuba passou a ser membro.

¹⁷ Id. tratado assinado por Argentina, Brasil e Chile no ano de 1915, onde previa, dentre outros, mecanismos de solução de controvérsias permanente nas relações destes países, sobretudo para com as questões anteriormente compactadas e cujas demandas eram polêmicas. tratava-se de situação inédita na política externa latino-americana, uma vez que tais relações anteriores, sempre estavam envolvidas às relações para com os países europeus ou os EUA.

¹⁸ Doutor em economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-doutoramento em

passar pelas tentativas de aproximação de Argentina e Brasil, e que a industrialização destes dois países era a confirmação de uma dificuldade a ser superada mais adiante, quando das aproximações que precederam a tentativa de conformação de um Mercado Comum do Sul:

A primeira tentativa de integração nessa nova fase ocorreu entre Argentina e Brasil, precisamente os dois países da região que mais haviam avançado no processo de industrialização. Por iniciativa de Raúl Prebisch, então gerente geral do Banco Central argentino e que depois, na qualidade de principal dirigente da Cepal, se tornaria um dos principais teóricos e ideólogos do desenvolvimento e da integração da América Latina, Brasil e Argentina, a partir da Conferência da Bacia do Prata realizada entre 27 de janeiro e 6 de fevereiro de 1941, assinaram vários acordos de integração comercial.¹⁹

Ressalta-se que a Cepal²⁰, em meados dos anos 1950, buscava o implemento de um Regionalismo “fechado” para a América Latina. Isto é; a região deveria promover políticas comerciais onde as exportações seriam mais eficientes caso se tratasse de matérias primas. Em contrapartida poderiam importar os produtos necessitados pelo mercado interno. Acreditava-se aí que a balança comercial, não seria tão deficitária.

economia pela USP.

¹⁹ Souza, Nilson Araujo de. América Latina: as ondas da integração. **Oikos**. Rio de Janeiro volume 11, n. 1, 2012. Disponível em: < www.revistaokos.org>. Acesso em: 19/11/2013. Pgs 87-126.

²⁰ Comissão Econômica para América Latina, criada em 1948. Órgão pertencente a Organização das Nações Unidas. sede na cidade de Santiago - Chile. disponível em: < <http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. acesso em: 08/05/2015.

Regionalismo Aberto

Novas agendas políticas e econômicas surgiram no contexto regional. Desse modo o tempo tratou de demonstrar o equívoco, como demonstra Marini (1994) proposto pela Comissão, uma vez que se verificou a estagnação das economias Latino-americanas, bem como Estados que não puderam ou não souberam implementar, acertadamente, as devidas política industriais propostas. Talvez por estas serem equivocadas ou não se aplicarem no contexto da América Latina:

La crisis económica que, al comienzo de la década de 1960, golpea la mayoría de los países latinoamericanos es, simultáneamente, una crisis de acumulación y de realización de la producción. Ella se manifiesta, por un lado, en el estrangulamiento de la capacidad para importar los elementos materiales necesarios al desenvolvimiento del proceso de producción y, por otro, en las restricciones encontradas para realizar esa producción. Ambos fenómenos se derivan de que la industrialización se llevara a cabo sobre la base de la vieja economía exportadora, es decir, sin proceder a las reformas estructurales capaces de crear un espacio económico adecuado al crecimiento industrial.²¹

Assim sendo em meados dos anos de 1990, viu-se uma Cepal, muito mais promotora de uma ideologia, cujas diretrizes básicas, eram o inverso dos anos 50. Ora, se antes a América Latina, deveria se fechar-produzir-exportar aquilo que melhor lhe impunha uma dita realidade e necessidade mundial, agora, via o jogo mudar.

É dizer que um novo Regionalismo se fazia presente e eminentemente mais “saudável” para as economias capitalistas da

²¹MARINI, Ruy Mauro. **Ceme. La Crisis Del Desarrollismo**. Archivo Chile - Histórica Político Social. Movimiento Popular, 1994. Pág. 6.

região, isto no início dos anos de 1990. Ou seja; era o protagonismo de um Regionalismo “aberto”, cujas bases encontravam-se nas capacidades de promoção de novos mercados mundiais, promovidos e aceitos a partir de uma proposta Cepalina

Havia a promoção e divulgação de que os países da América Latina, a partir das crises dos anos de 1980, estavam muito mais conscientes de suas possibilidades econômicas e políticas, em face das mudanças no cenário internacional. Logo, a Cepal injetava fortes doses de entusiasmo nos Estados, no sentido de que estes deveriam abrir seus mercados e, politicamente, darem maiores condições jurídicas para que emergissem aquilo que seria o novo progresso para a região, através de novos negócios possibilitados pela cooperação regional e; por acordos de integração econômica através de instrumentos bilaterais e/ou multilaterais:

En los últimos años, frente a los efectos de la prolongada crisis de los años ochenta y también a las transformaciones en el panorama internacional, América Latina y el Caribe han demostrado creciente capacidad de respuesta. Gobiernos y sociedades civiles han buscado nuevas formas de adaptarse a las cambiantes circunstancias y de enfrentar los múltiples desafíos que se les plantean. Una de las muchas expresiones de dicho proceso de adaptación es el renovado interés en las potencialidades de la cooperación intrarregional, y en especial, en los acuerdos formales de integración económica, tanto multilaterales como sobre todo bilaterales.²²

As intenções da Cepal, à época, convergiam, ou pelo menos assim

²² El **Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe**. Disponível em: <[HTTP://WWW.ECLAC.ORG/PUBLICACIONES/XML/7/4377/LCG1801E.HTM](http://www.eclac.org/publicaciones/XML/7/4377/LCG1801E.HTM)>. Acessado em: 17/12/13.

intencionavam para com as necessidades de fortalecimento dos mercados Regionais Latino-americanos que já existiam. Mas primava pelas convergências das políticas econômicas destes países, na medida em que seriam necessárias a fim de aumentar e ampliar as transações comercial intra-regional, e, conseqüentemente, inserção destas economias no Sistema Econômico Internacional.

Desse modo se evitaria o isolamento econômico-comercial regional daquilo em que o mundo estaria por experimentar, ou seja; uma fase de busca incessante de livre comércio. Maiores transações comerciais se dariam após as crises mundiais dos anos 80.

Assim sendo, caberia aos Governos Latino-americanos, à responsabilidade de atribuírem, às suas economias, as devidas condições de proteção de seus mercados e, ao mesmo tempo, buscar o crescimento comercial internacional.

O MERCOSUL

Foi a recuperação do poder político pelos civis no Brasil e na Argentina, que impulsionaram uma avanço histórico entre os governos de Sarney e Alfonsín. Governos vigentes à época do ano de 1985. Mister salientar que se tratou de fato histórico, entre outros elementos políticos, devido a um não apego tradicional de rivalidades entre estes Estados na América do Sul. Já do ponto de vista das necessidades deste concerto político regional, foi elemento central, para tal, a falta de oportunidades e existência de Políticas Externas para a região.

Todavia nem sempre, quando se estuda o processo histórico e constitutivo do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, se dá a devida importância para as condições geopolíticas quando da Cúpula Presidencial realizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado paranaense, brasileiro, em

novembro de 1985, que resultou na assinatura da Declaração de Iguaçu, pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, chefes dos Poderes Executivos argentino e brasileiro, respectivamente. Este “descuido historiográfico” implica em supressão de valorização do espaço regional embrionário do MERCOSUL, bem como não evidencia a importância deste documento enquanto instrumento jurídico fundador daquilo que se resultou, em 1991, no Tratado de Assunção. Neste momento já contando com as inserções e ratificações paraguaia e uruguaia.

Cabe ressaltar que a Declaração de Iguaçu trata ser o elemento essencial para a conformação do bloco, não somente do ponto de vista jurídico, mas, sobretudo, desde uma perspectiva política de aproximação entre dois países vizinhos, mas que as rivalidades históricas os haviam distanciados. Neste sentido é preciso evidenciar os esforços dos principais líderes destas Nações à época, para com a intenção de buscar, sob o âmbito do Regionalismo, meios comuns e recíprocos de relação comercial, com possibilidades e metas fixadas de uma integração de fato.

A intenção era elaborar um plano geral com vários mecanismos que privilegiassem as diretrizes bilaterais que desembocasse em um projeto maior. Isto implicaria a participação de Comissões Parlamentares para acompanhar as decisões que dali resultaria. Também haveria espaço para a representação das sociedades civis; criação de um banco de compensação e; também, chegou a mensurar a criação de uma moeda comum: o Gaúcho. Ora, a crença era de que um projeto destes, como qualquer outro projeto que se almejasse a integração, não poderia sobreviver e nem se defender, sem a constituição de uma moeda comum (SARNEY, 2001, 44).

Percebe-se que as intenções e significados representam uma vontade e

expectativa política que ultrapassava os ditames dos Governos Militares que antecessores. E nestes termos a Declaração de Iguazu encontra-se manifesto otimismo em suas orientações: conformar um espaço comercial e econômico que criasse novos fluxos de comércio visando o aproveitamento das vantagens comparativas entre ambos os setores industriais argentino e brasileiro. Desse modo poderiam substituir os países terceiros que atuavam como fornecedores. Para tanto teriam que fortalecer seus respectivos pátios industriais a partir de uma recíproca troca de experiências e tecnologias disponíveis por cada país. Assim estariam mais adaptados e competitivos para com o cenário internacional, bem como estariam promovendo certas ramificações de seus interesses e motivos para com o modelo de integração qual pretendiam (MARIANO; VIGEVANI, 2000).

É dizer que a Declaração de Iguazu permitiu, à sua época, muitos outros acordos e trocas de experiências comerciais, políticas e culturais, entre argentinos e brasileiros. Destas perspectivas tantos foram os acordos em matérias e temas estratégicos para estes dois países. Por exemplo: trocas de tecnologias agrícolas; biotecnologia; bens de capital; energia nuclear; siderurgia; indústria de alimentos; indústria automobilística; constituição de empresas binacionais, entre outros tantos (além de protocolos; memorandos e; convênios diversos).

Em resumo credita-se à Declaração de Iguazu como sendo o marco virtuoso da cooperação e integração entre Argentina e Brasil. Não obstante, há que se observar que estas condições políticas que se resultou deste contexto, transformou as relações entre os vizinhos de forma que se sedimentou-se uma parceria baseada em cooperação e, não mais nas desconfianças recíprocas e históricas destes países cujas

relevâncias econômicas e políticas, sempre foram enormes para a América do Sul.

A Declaração de Iguazu, não resolveu todas as pendências entre argentinos e brasileiros, nem poderia dadas as suas especificações, porém, fato é que resultou em um acordo comercial, que fortaleceria os mercados destes dois países. O que anos mais tarde foi evidenciado a intenção de ampliação deste espaço para os Estados paraguaios e uruguaios, impulsionados pelos governos de Fernando Collor e Carlos Menén. Novamente se verificou uma nova agenda entre estas duas nações, agora não mais rivalizadas pelo protagonismo da região do Cone Sul.

Tendo estes acordos políticos surtido efeito e aceitos por todos os Estados em questão, em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assinam o Tratado de Assunção na capital paraguaia, Assunción. Tratado este que instituiu o Mercado Comum do Sul-MERCOSUL. Em 1994 aprova-se o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional e concedeu personalidade jurídica regido pelo Direito Internacional.

O tratado fundacional do MERCOSUL baseou-se no regionalismo aberto, ou seja, buscou não somente o fortalecimento comercial entre os países que o compôs, mas, também, o fortalecimento das trocas com outros países da região. Neste sentido, portou-se como um tratado aberto e deixou espaço para que os países da Aladi, que assim quisessem aderir ao novo bloco comercial, pudessem ser acolhidos neste novo espaço. Logo, são Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). A Guiana e o Suriname passaram a contar com formas de participação nas reuniões do bloco no ano de

2012, mesmo não sendo Estados Associados.

Em 28 de junho de 2012, em reunião da Cúpula do MERCOSUL, na cidade de Mendoza, Argentina, foi aprovado por Brasil, Argentina e Uruguai a suspensão do Paraguai do bloco, uma vez que se interpretou o não cumprimento, por parte deste, do Protocolo de Ushuaia no que diz respeito ao Compromisso Democrático. Resultou daí declaração de incorporação da República Bolivariana da Venezuela junto ao bloco comercial. Logo, em 12 de agosto do mesmo ano, passou a vigorar o Protocolo de Adesão da Venezuela.

HISTÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU

A história da cidade de Foz do Iguaçu, de acordo com pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná, demonstra que a presença humana na região data de 6.000 a.C., sendo que os indígenas foram os antecessores dos europeus colonizadores. Em 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza descobriu as Cataratas do Iguaçu (LIMA, 2001, p. 18).

Em 1889 o Brasil passa a ocupar a região através de uma Colônia fundada no que espaço territorial que hoje assenta Foz do Iguaçu, tendo como “chefe” da empreitada tenente José Joaquim Firmino. Feito um levantamento da população que ali residia, contou-se 324 pessoas. Destes a maior parte era paraguaios e argentinos, mas havia, também, espanhóis e ingleses, que se dedicavam à exploração da erva-mate e da madeira, cujas mercadorias eram exportadas através do rio Paraná. Criou-se a Agência Fiscal em 1897, sob o comando do capitão Lindolfo Siqueira Bastos. Nesta época existiam 13 casas e outras moradias como ranchos de palha²³.

²³Dados socio-econômicos completos de Foz do Iguaçu 2011. Dados disponíveis na página virtual da

Mas o tempo na Tríplice Fronteira insistia em passar de forma a trazer a evolução para Foz do Iguaçu. Aqui refere-se já aos tempos modernos do século XX onde a cidade experimentava as várias tratativas políticas e econômicas da época, como por exemplo; a institucionalização do Município, bem como o aumento de sua população:

Nos primeiros anos do século XX a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas, estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1910 a Colônia Militar passou à condição de "Vila Iguassu", distrito do Município de Guarapuava. Dois anos depois, o ministro da guerra emancipou a colônia tornando-a um povoamento civil, entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a coletoria estadual da Vila. Em 14 de março de 1914, pela lei 1383, foi criado o Município de Vila Iguassu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O município passou a denominar-se "Foz do Iguaçu", em 1918.²⁴

Observa-se que a dinamização das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e militares já sinalizavam para um espaço onde aqueles que ali edificassem suas bases, deveriam leva em consideração todas as adversidades e condições que uma zona de fronteira prevê. As relações comerciais que surgiam deveriam, agora, submeterem aos regramentos da lei e, não

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu:
www.pmf.pr.gov.br.

²⁴ **História da cidade.** disponível em: www.pmf.pr.gov.br/conteudo/?idmenu=1007. acesso em: 25/02/2014.

obstante, o mesmo advinha para com as relações sociais daquele contexto que se articulava à época.

Cabe ressaltar que somente por volta do ano de 1925 é que o Marechal Mariano Cândido Rondon, qual era incumbido de promover a demarcação do território nacional, chega à Foz do Iguaçu e, cumprindo seu para com seu dever, procede com os trabalhos oficializando, assim, o Marco Brasileiro em face das três fronteiras: Argentina, Brasil e Paraguai.

Quando o general Mario Tourinho, um dos líderes da Revolução de 1930, assumiu a chefia do governo do Paraná, um de seus primeiros atos institucionais foi justamente nomear, para o cargo de prefeito de Foz do Iguaçu, o engenheiro Othon Maeder, além de evidenciar seus interesses em Nacionalizar a região de Guaíra. Para tal tarefa Tourinho, nomeou o tenente Gregório Rezende da Força Pública do Paraná. Interessante que estes processos de nacionalização da região promovida por Tourinho e seus aliados, gerou competição para com o Governo Federal sob o comando de Getúlio Vargas, que, também nutria interesses governamentais pelo oeste paranaense (LIMA, 2001, p.52- 53).

Com a advento da Segunda Guerra Mundial- 1939-45, Foz do Iguaçu se viu envolvida nas questões militares mundiais. Ora, em 1942, a cidade é decretada como zona de guerra, o que correspondia aos controles e perseguições, por parte das policias militares e civis, para com as colônias de famílias italianas e alemãs que viviam na região. Algumas destas foram internadas em zonas especiais que ficavam em cidades vizinhas. Estas preocupações de âmbito mundial que respingavam na cidade, fez com que no ano de 1943, Foz do Iguaçu passasse a ser sede do Território Federal do Iguaçu, nos primeiros oito meses de sua existência. Durante este curto período como sede, o presidente Getúlio Vargas visitou a

cidade evidenciando a importância da região para com os interesses políticos do Brasil²⁵.

Já em 1956, iniciaram as obras da Ponte da Amizade que ligaria Foz do Iguaçu com a Ciudad de Este, cujas extensões eram de 554 metros que, além de ligar duas cidades vizinhas, tinha a conotação de união de dois países- Brasil e Paraguai. Mister salientar que a ponte da amizade, proporcionou grande avanço das relações comerciais entre as cidades, mas, também, proporcionou saída para o mar ao Paraguai que, desse modo, pode desenvolver e promover suas relações comerciais de exportações para outros Estados. A ponte da amizade foi inaugurada em 27 de março do mesmo ano²⁶.

Quando da Crise dos Mísseis em Cuba, no ano de 1961, quase colocou à prova a continuação do mundo, Foz do Iguaçu sofreu as influências indiretas decorrentes deste evento, isto porque muitos foram os empresários que se endividaram com o capital norte-americano que financiava empresas em dólar e, conseqüentemente, dificultava o pagamento das diversas dívidas contraídas na região: através do BID ou do FMI. Mais precisamente quando dos Estados Unidos da América lançaram a Aliança para o Progresso, cujas finalidades eram tratamento diferenciado, através de “empréstimos e incentivos financeiros”, políticos e militares para a região da América Latina, com a exceção lógica de Cuba que seguia aliada dos russos na Guerra Fria (Lima, 2001, p. 79).

Todavia a intervenção dos EUA na América Latina, desde a Aliança para o Progresso, não se resumia em apenas

²⁵ Idem. p. 58- 59.

²⁶ CLEMENTE, Claudelir Correa; NOGUEIRA, Bárbara Freitas Ribeiro; **Etnografia da Triplíce Fronteira**: Primeiras Aproximações. Relatório de pesquisa. Fapemig/Ufu 2010 – 2011.

promover o capital financeiro do norte. Era essencial para os norte-americanos a intervenção política dentro de cada país, logo, a partir de tal ingerência que consistia basicamente, no caso brasileiro (e em outros tantos países latino-americanos), na promoção e financiamento de governos militares ditatórias quais deveriam aliar-se para com os promotores, a fim de combater e impedir as manifestações do Comunismo dentro da região.

Isto porque, era grande o temor de Washington, para com as possíveis influências dos cubanos nos governos e movimentos de esquerda de vários países da América Latina. Sob tais pressões políticas, e algumas até hoje desconhecidas, o então presidente Jânio Quadros renuncia dando margem, mais tarde quando da também renúncia de João Goulart, que teve que exilar-se no Uruguai, para que um Governo Militar, financiado pelos EUA, pudesse governar o Brasil até o ano de 1985.

Foz do Iguaçu se relaciona diretamente dentro deste contexto de Ditadura Militar, uma que em 1964 tinha como prefeito Ozires Santos, homem de precedência política civil, mas que foi substituído na prefeitura, por um coronel. A substituição de Ozires deveu-se em consequência dos Atos Institucionais números 1 ao 5, quando um destes determinava que prefeitos em exercício em faixa de fronteiras e das capitais, teriam que serem indicados pelo presidente da república, que neste caso tratava de governo militar.

A década de 1960 representou para Foz do Iguaçu e suas vizinhas cidades argentina e paraguaia - Puerto Iguaçu e Ciudad del Este, um grande avanço no desenvolvimento econômicas para estes Municípios. Neste período foi inaugurado a BR- 277- que ligava Foz do Iguaçu aos grandes centros do Brasil, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba,

Florianópolis, São Paulo etc. Também inaugurou o Aeroporto Internacional que permitia o acesso de grandes voos. Estas condições de acesso, aliadas ao acesso aos meios de telecomunicações que já eram presentes, impulsionaram o comércio do turismo na região da Tríplice Fronteira. Neste momento as Cataratas do Iguaçu tornam potenciais atrativos do turismo (Lima, 2001, p. 90- 92).

Falar de Foz do Iguaçu implica falar da maior Usina hidroelétrica do mundo, a Itaipu Binacional²⁷. A maior obra nacional da história, cuja “binacionalidade” se refere ao fato de serem sócios nesta empreitada, Brasil e Paraguai. Sua construção teve início nos anos 70 e término já na metade dos anos de 1980. Quando do auge da obra, contava mais de 40 mil empregados e a população iguaçuense contava mais de 136 mil habitantes. De fato revolucionou a região que fora afetado direto ou indiretamente, pela magnífica obra. A Itaipu nos dias de hoje representa boa parte da energia produzida e disponível para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Daí sua importância para o país, sendo tratada como área de Segurança Nacional.

É importante ressaltar que havia um projeto parecido ao de Itaipu, onde era previsto que Argentina e Brasil conformassem empresa similar, porém, devido àquelas antigas desconfianças recíprocas entre estas Nações, não foi possível viabilizar tal projeto. Logo, a solução encontrada pelo Governo brasileiro foi alavancar este projeto, mas com um novo parceiro, no caso o Paraguai. Desse modo se desenvolveu em muito a região, uma vez que a Usina, além de produzir energia é, também, atração turística incontestável, o que gera ganhos para ambos.

²⁷ Toda a história da Itaipu Binacional pode ser encontrada, com muito mais detalhes, no site oficial brasileiro. Disponível em: <www.itaipu.gov.br>. acesso em 07/05/2015.

Por fim, e não menos importante, é relevante ressaltar que Foz do Iguaçu, desde 2010, sedia uma Universidade cujo objetivo é a integração Sul-americana: Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA²⁸. A Unila é uma universidade com vocação integracionista. Está ancorada pelo interesse direto do MERCOSUL e seu propósito de integrar os povos da América do Sul, em sua criação. Este fato se assemelha, em muito, com a Cidade de Foz do Iguaçu, onde vivem nos dias atuais mais de 72 etnias²⁹. Percebe-se aí que para os moldes da Unila, não poderia haver cidade sede com melhores características sociais- vários povos de vários países- e naturais- a localização na Tríplice Fronteira, cujos países são Membros do MERCOSUL.

A IMPORTÂNCIA DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NO CONTEXTO DO MERCOSUL

Como já mencionado foi na cidade de Foz do Iguaçu que se celebrou a Cúpula Presidencial dos governos argentino e brasileiro em 1985, onde se assinou a Declaração de Iguaçu, elemento-documento embaixador para a constituição do MERCOSUL. Assim sendo, é preciso verificar algumas características históricas da cidade, a fim de se entender as possíveis preferências da escolha desta, para a referida Cúpula e assinatura do documento tão importante e emblemático.

No intuito de tal verificação, é necessário que se observe algumas peculiaridades territoriais de Foz do Iguaçu.

²⁸ Informações completas sobre a Unila podem ser verificadas no site oficial. disponível em: <www.unila.edu.br>. Acesso em: 06/05/2015.

²⁹ Dados socio-econômicos completos de Foz do Iguaçu 2011. Dados disponíveis na página virtual da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: www.pmfi.pr.gov.br>. Acesso em: 07/05/2015.

Isto implica, obviamente, as condições territoriais em que se emolda a cidade. Ou seja; as especificidades geopolíticas; culturais e políticas. Neste sentido o fato de que a cidade compõe região de fronteira com a Argentina, para nosso estudo, parece ser fundamental. Porém, bastante relevante é, também, o fato de que ambos países - Argentina e Brasil, acessam fronteiras com o Paraguai na mesma região, o que poderia significar uma possível rota de transferência ou fuga de valores e intenções políticas à época da assinatura da Declaração de Iguaçu. A cidade é relevante pelas condições comerciais e militares e pelo fato de que a região é banhada pelos rios Iguaçu e Paraná. Infere-se, portanto, que as velhas necessidades comerciais e políticas muitas vezes conflituosas, em Foz do Iguaçu encontra uma maior dinamicidade, no sentido de que na cidade existe, cotidianamente, a convivência das sociedades civis mercosulinas.

Outro ponto importante para o MERCOSUL, em relação a Foz do Iguaçu é o fato de que a cidade é porta de entrada de comércio tanto legal, quanto ilegal. Neste caso refere-se à drogas, armas e produtos oriundos de outras nacionalidades que não as do bloco, mas que utilizando-se das Tríplice Fronteira, adentram os países, em especial Argentina e Brasil.

Não obstante, é dever do MERCOSUL zelar pelas sociedades civis que o compõem. Logo, Foz do Iguaçu e suas adjacências resguardam interesses que vão muito além do bloco regional e da integração Sul-americana. Ou seja, na região existem evidências ou (ou lendas?) de que atuações de grupos terroristas bem como bases militares dos EUA estariam se consolidando para que em um futuro, possam ter suas bases prontas para quaisquer ações na América Latina. Neste sentido, deve o MERCOSUL promover

políticas que visem garantir a segurança de seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a Tríplice Fronteira e Foz do Iguaçu dentro do processo de integração do MERCOSUL

Para que o MERCOSUL possa ser reconhecido como catalisador de oportunidades reais e abrangentes para todas as sociedades civis que se submetem à sua circunscrição, é preciso alcançar um nível mais satisfatório de integração regional, isto é; adquirir novos mecanismos de aproveitamento das demandas sociais que se permeiam dentro do contexto de “união dos povos”. Dentro desta perspectiva evidente é a necessidade de que a cidade de Foz do Iguaçu receba cada vez mais, incentivos por parte do bloco regional. Incentivos estes que não devem, tão somente, serem de caráter comercial, mas, também, com financiamentos de meios culturais que visem promover a cultura entre os povos que habitam a Tríplice Fronteira.

Neste sentido as cooperações fronteiriças devem estar em destaque dentro dos planos e ações dos dirigentes políticos MERCOSUL. Tantas são as necessidades e burocracias encontradas nas regiões de fronteiras que, por vezes, acabam minando, em parte, a perspectiva da integração propriamente dita. São diversas as demandas: de saúde a emprego. Foz do Iguaçu carece de tantas políticas voltadas para a integração regional, mas que não deve ser o Município aquele responsabilizado no todo por tais promoções. É preciso que as autoridades competentes manifestem interesses pela região, como foi da Assinatura da Carta de Iguaçu nos anos 80. Ora, nos dias atuais, muito mais emblemático é a cidade para o processo de integração Sul-americano.

É bastante relevante salientar que a integração através do MERCOSUL encontra

grande efetivação concreta nas regiões onde municípios do bloco se encontram, bem antes da conformação do bloco. A citar a evidente relação de harmonia e conflitos (algo até certo ponto natural e compreensível) da Tríplice Fronteira: Argentino, Brasil e Paraguai. Porém, o que se observa em Foz do Iguaçu é uma capacidade dos poderes públicos da cidade em se relacionarem com os vizinhos argentinos e paraguaios. Existem cooperação entre as polícias; trocas de experiências e informações quanto às fiscalizações aduaneiras; diálogo entre os poderes executivos e; o melhor, trocas culturais constantes entre as sociedades civis. É a integração de fato sendo evidenciada.

Esta região é bastante dinâmica e atrativa - tanto pelo turismo, Cataratas do Iguaçu entre Argentina e Brasil, quanto pelo mercado de compra de produtos no lado paraguaio. Logo, residem aí vários procedimentos onde o MERCOSUL deve atuar mais fortemente através de facilidades dos acessos aos meios integradores que já existem na região. Ou seja; dar mais condições de brasileiros, paraguaios e argentinos poderem investir nos respectivos municípios de Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, bem como reduzir as burocracias de acesso básico às instituições públicas de cada cidade, através de mecanismos específicos criados pelo bloco.

Como se percebe não se pode pensar em cooperação ou integração regional, sob o prisma do MERCOSUL e sua história, sem antes fazer menção a cidade de Foz do Iguaçu. Ora, como já foi dito anteriormente, a cidade foi sede da Cúpula Presidencial em 1985, quando se assinou a Declaração de Iguaçu, porém, mais que isto, a cidade é emblemática para o processo integracionista mercosulino. Isto porque, devido às tantas nacionalidades que convivem no mesmo âmbito territorial, bem como as facilidades

de acesso aos países Argentina e Paraguai, fica evidente que Foz do Iguaçu, tende a ser uma espécie de laboratório para as implementações do MERCOSUL.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A Diplomacia da Era Lula: balanço e avaliação**. Política Externa. Vol. 20, no. 3, dez/jan/fev 2011-2012. p. 95-114.

ARAÚJO, Cícero; AMADEO, Javier. **Teoria Política Latino-americana**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema Mundial y MERCOSUR** – Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Prólogo de Roberto Lavagna, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Nuevohacer, Grupo Editor Latinoamericano, 1ª Edición, Buenos Aires, 2000.

BORGES DE MACEDO, Paulo Emilio. Comentários – Oportunidades e desafios da integração sul-americana. In: **A América do Sul e a Integração Regional**. Rio de Janeiro 2011. p. 205.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos Modelos Geoplíticos Modernos**: da marginalização à preocupação com sua autonomia. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, Maio/Ago. 2008.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília : FUNAG, 2010.

CARVALHO, Marcos César Araujo Carvalho. A Reconfiguração das Relações de Poder na América Latina: recolonização e resistências em um Contexto Neoliberal. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Texto digitalizado.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina**: novos e velhos paradigmas. Brasília: Funag, 2001.

COSTA, Sérgio; SANGMEISTER, H. e att. (orgs.) **O Brasil na América Latina: Interações, Percepções, Interdependências**. SP: Annablume; Fundação Heinrich Boll, 2007.

El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acessado em: 17/12/13.

FIORI, J. L. **Estados Unidos, América do Sul e Brasil**: seis tópicos para uma discussão. Diplomacia Estratégia Política – DEP nº 9, jan/març 2009:19-44

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

- HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do Regionalismo na política mundial**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 17, n 1, jan/jun 95, p 23- 59.
- LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Serzgraf, 2001.
- MARIANO, Karina Pasquariello; VIGEVANI, Tullo. **Reflexões sobre a Integração Latino-Americana**. SP. FAPESP/FUNDAP;PUC-SP/CEDEC, março,2000, p. 34- 78.
- MARINI, Ruy Mauro. CEME. **La crisis del desarrollismo. Archivo Chile- Histórica Político Social**. Movimento Popular, 1994.
- MERCOSUL. **Protocolo Adicional Ao Tratado De Assunção Sobre A Estrutura Institucional Do MERCOSUL** – Protocolo de Ouro Preto. 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPretopdf> Acesso em: 10/03/14.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul** (Da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- PRECIADO, Jaime. **América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, no. 53, p. 253-268, Maio/Ago. 2008.
- PUIG, J.C. (org.). **América Latina: políticas exteriores comparadas**. 2 vol. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; VIEIRA DE JESUS, Diego Santos. **A União Europeia e os estudos de Integração Regional**. Belo Horizonte. Del Rey, 2009.
- SARNEY, José. Mercosul: a construção de um destino. In: SENADO FEDERAL. **Um país chamado Mercosul**. Brasília. COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, 2001.
- SERBIN, Andrés. **Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos**. Buenos Aires, agosto de 2010 Nueva Sociedad Defensa 1111, 1ªA Buenos Aires, Argentina. Disponível em: www.nuso@nuso.org. Acesso em: 16/11/2013.
- SOUZA, Nilson Araujo de. **América Latina: as ondas da integração**. OIKOS . Rio de Janeiro Volume 11, n. 1 • 2012. Disponível em: < www.revistaoikos.org>. Acesso em: 19/11/2013. pgs 87-126.
- TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional: público, privado e dos direitos humanos**. 3 ed. – São Paulo: Saraiva, 2009. – (Coleção roteiros jurídicos/ coordenação José Fábio Rodrigues Maciel). Pág. 51.

VEIGA, Pedro da Motta, RÍOS, Sandra P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. División de Comercio Internacional e Integración. Série Comércio Internacional 82. Santiago de Chile, julio de 2007.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional**. Barueri- SP: Manole: 2003.p323.

Recebido em 16/03/2015
Aprovado em 01/06/2015